



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 11 de outubro de 2023

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
1,37% São Paulo	113.284 5/10 6/10 9/10 10/10	R\$ 5,056 (-1,44%)	R\$ 1.320	R\$ 5,362	12,65%	12,54%	IPCA do IBGE (em %)
0,4% Nova York		Últimos		Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	Abril/2023 0,61 Maio/2023 0,23 Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23
		3/outubro 5,154 4/outubro 5,153 5/outubro 5,169 9/outubro 5,130					

CONJUNTURA

FMI vê desaceleração e crescimento frágil

Em meio à incerteza provocada pela guerra no Oriente Médio, instituição projeta avanço de 3,1% do Brasil e de 3% do PIB global neste ano. Para 2024, tendência é de ritmo mais lento. Banco Central brasileiro alerta para desequilíbrios fiscais

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou as projeções econômicas e fez um alerta sobre os desafios para o crescimento global, indicando que a tendência é de desaceleração de forma generalizada. Conforme dados do relatório Panorama Econômico Global, divulgado ontem durante evento do FMI e do Banco Mundial em Marrakech, Marrocos, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial deverá crescer 3% em 2023, abaixo dos 3,5% do ano passado.

A estimativa não mudou em relação à previsão anterior, de julho, mas, para 2024, o Fundo reduziu de 3% para 2,9% a expectativa de avanço do PIB global. Além disso, o organismo multilateral fez um alerta para os riscos da inflação em diversos países, que continuará acima das metas até 2025, o que exigirá juros elevados por mais tempo, reduzindo a capacidade de crescimento das economias.

“Temos uma economia global que continua se recuperando da pandemia e da guerra na Ucrânia, mas com um crescimento que frágil em comparação com os dados históricos”, afirmou o economista-chefe do Fundo, Pierre-Olivier Gourinchas, em entrevista a jornalistas.

De acordo com o organismo multilateral, o Brasil crescerá 3,1%, neste ano, acima da projeção de 2,1% feita em julho. Para 2024, a expectativa passou de 1,3% para 1,5%.

O relatório do FMI foi elaborado antes da eclosão da guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas. Na entrevista, Gourinchas foi cauteloso ao comentar os efeitos do conflito na economia. No entanto, mencionou o aumento dos preços do petróleo como um complicador. Segundo ele, uma alta de 10% nos preços do petróleo reduziria o crescimento do PIB mundial em 0,15% e elevaria a inflação global em 0,4%. Desde o início do conflito, no último sábado, o barril do petróleo tipo Brent subiu 4%.

Mohamed Siali/EFE



Para o economista-chefe do fundo, Pierre-Olivier Gourinchas, alta de 10% nos preços do petróleo diminuiria crescimento mundial em 0,15%

Contas públicas

Também em Marrakech, o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, alertou que os países devem prestar mais atenção às contas públicas para evitar novas turbulências diante de um cenário de maior incerteza global, com tensões geopolíticas e juros elevados para conter pressões inflacionárias.

“Os governos precisam começar a abordar a questão fiscal. Estamos bem coordenados na política monetária, mas não na política fiscal. Isso está começando a afetar até as economias desenvolvidas”, disse ele, durante o 2023 Global Meeting, evento organizado pelo Emerging Markets Forum.

O chefe da autoridade monetária lembrou que o aumento do endividamento global, após a pandemia da covid-19 e a elevação das taxas de juros ao redor do mundo, está começando

a impactar as economias mais desenvolvidas, como os Estados Unidos.

“Se não formos capazes de resolver isso de forma que as pessoas olhem para o futuro e vejam que teremos um equilíbrio, pelo menos a médio prazo, pode haver um distúrbio nos mercados antes de alcançarmos o processo de desinflação”, destacou.

Dívidas privadas

O presidente do BC chamou a atenção, ainda, para o endividamento do setor privado, que, segundo ele, pode ter dificuldade de sustentar pagamentos com os juros globais em patamares elevados. “A liquidez pode secar, e há um risco grande, que não estamos seguindo de perto, que é a dívida privada”, afirmou.

Para Campos Neto, o Brasil está melhor do que outras nações, com revisões para cima nas perspectivas de crescimento e aprovação do novo arcabouço fiscal.

Ele mencionou também o impacto sobre o preço do petróleo em meio ao conflito entre Israel e o grupo terrorista palestino Hamas, e chegou a brincar: “Não podemos mais passar seis meses sem uma crise”. Além disso, destacou o alto custo de transição energética, incerteza no mercado de energia com as questões geopolíticas, além dos efeitos das mudanças climáticas sobre os preços dos alimentos, citando o impacto das chuvas na produção de arroz na Região Sul.

“Daqui para a frente, de onde vai vir a desinflação? O petróleo vai ficar mais caro, a transição verde custa dinheiro, a produtividade não está aumentando, acho que está diminuindo”, questionou. “O processo de desinflação pode parar em níveis mais altos globalmente? Se for verdade, o que vai acontecer? Viveremos com altas taxas de juros por mais tempo? O que isso vai significar para a economia emergente?”, emendou.

O presidente do BC continua

em Marrakech para a reunião anual do FMI, que começa hoje e vai até a sábado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarcou ontem para o encontro para representar o Brasil. Na agenda, Haddad terá nove encontros bilaterais para tratar de comércio e preparar a cúpula do G20, que será realizada no Brasil em 2024, após o país ter assumido a presidência do grupo.

Inflação

O FMI prevê que a inflação global deve diminuir de 8,7%, em 2022, para 6,9%, em 2023, e para 5,8%, em 2024. “Não se espere que a inflação regresse às metas até 2025 na maioria dos casos”, alertou o relatório. “A inflação está diminuindo, mas de forma menos rápida, e a inflação subjacente [que exclui alimentos e energia] é persistente. As projeções antecipam cada vez mais uma aterrissagem que não será suave”, afirmou Gourinchas.

Crédito: Caixa bate recorde

A Caixa Econômica Federal bateu recorde na concessão de crédito imobiliário no terceiro trimestre deste ano. Ao todo, de julho a setembro de 2023, foram liberados R\$ 51,3 bilhões em financiamentos para aquisição da casa própria, o melhor trimestre da série histórica.

O banco atribuiu a melhora as recentes mudanças no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com o aumento do valor do imóvel financiado com recursos do FGTS de R\$ 264 mil para R\$ 350 mil, a ampliação do valor da renda familiar da Faixa 1, de R\$ 2.400 para R\$ 2.640, e a redução da taxa de juros.

“É o melhor momento da Caixa na concessão de financiamentos imobiliários. Temos trabalhado para ofertar à população que mais precisa do banco condições mais vantajosas, seja na habitação social ou nas demais modalidades de crédito. Esse resultado expressivo é fruto dessa dedicação”, destacou a presidente da Caixa, Maria Rita Serrano.

Segundo o economista Otto Nogami, professor do Insper, a reformulação do programa ofereceu condições mais facilitadas, o que impulsionou os financiamentos. “Entre as mudanças, estão a redução dos juros e o aumento do subsídio e do valor máximo do imóvel comprado. O subsídio é uma parte do financiamento concedido pela União através do programa habitacional”, destacou.

O teto do subsídio para as famílias nas faixas 1 e 2 aumentou de R\$ 47,5 mil para R\$ 55 mil. Nogami ponderou que vários fatores econômicos ainda podem influenciar o desempenho do setor imobiliário e mencionou a recente redução na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 12,75% ao ano. “Quando a Selic cai, empréstimos e financiamentos também ficam mais baratos, o que pode aumentar o consumo de bens caros, como os imóveis”, destacou. (RG)

BEBIDAS

Tributação excessiva fomenta mercado ilegal

» RAPHAEL PATI*

O mercado de bebidas destiladas vem ganhando destaque no Brasil nos últimos anos. Mesmo assim, a prática do comércio clandestino desses produtos ainda é um tema que merece ser amplamente discutido. De acordo com estimativas feitas pela Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), cerca de 36% dos destilados vendidos em 2021 eram provenientes do mercado ilegal — um aumento de 6,5 pontos percentuais em relação a 2019, quando essa participação era de 29,5%.

Para a ABBD, quatro pontos de destaque definem o atual cenário de expansão do comércio ilícito nesse mercado. O principal é a tributação excessiva, que é somada à desvalorização do real nos últimos anos. Desde o início da pandemia, a moeda já perdeu mais de 30% do valor em relação ao dólar, e isso causou um impacto direto no preço dos destilados para o consumidor final.

“Quanto maior a tributação, maior também é o prêmio pela ilegalidade, dado que o preço do produto legal cresce substancialmente no mercado, o que

estimula a produção e o comércio de produtos ilegais, sejam eles contrabandeados ou mesmo de fabricação irregular”, avalia o consultor Sênior da GO Associações Murilo Viana.

A entidade busca uma solução para acabar com o que ela considera sobretaxação dos destilados. É importante destacar que, em 2015, o governo federal aumentou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre esses produtos para índices entre 25% e 30%.

Para a associação, a desigualdade competitiva fica explícita, ao considerar que os destilados respondem por 10% do mercado e arcam com 36% do IPI de todo o setor de bebidas alcoólicas. “Imposto alto não desestimula o consumo e abre o caminho para o crescimento do mercado ilegal

de bebidas, principalmente em um cenário de crise econômica”, argumenta a ABBD, em nota oficial.

Em relação ao preço do produto, o segundo ponto que a associação destaca é a opção feita pelo consumidor na hora de escolher uma bebida para comprar. Não é preciso reiterar que um produto mais barato pode ser uma opção mais agradável ao cliente. Outro aspecto são as dificuldades na fiscalização e controle das fronteiras, devido às dimensões continentais do país.

Por fim, a associação reitera que a dificuldade no combate à indústria de falsificação de bebidas é um fator que alavanca o comércio ilegal. A explicação para esse imbróglio é a produção interiorizada e impulsionada

pelo ambiente digital. “Vale destacar que o mercado ilegal de bebidas é uma importante fonte de financiamento de grupos criminosos. Além disso, o consumo de bebidas irregulares também ocasiona frequentes complicações hospitalares, revelando-se um grave problema de saúde pública”, destacou, ainda, Murilo Viana.

A tributação sobre bebidas alcoólicas será tema do próximo **Correio Debate**, um evento realizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com a ABBD, em 17 de outubro. O encontro reunirá autoridades e especialistas para propor uma discussão consciente sobre a isonomia tributária para o setor.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

divulgação



Murilo Viana: “ilegalidade financia grupos criminosos”